



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Auditoria Interna – Consad/Audin

Plano Anual de Auditoria Interna – Paint

Exercício 2022

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAINT / 2022

1. Introdução

Em atendimento ao estabelecido na Instrução Normativa nº 5, de 27 de agosto de 2021, da Controladoria-Geral da União – CGU, em consonância com o disposto no Capítulo IV, Seção II, do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, constante da Instrução Normativa nº 03, de 09/06/2017, da CGU, e com atenção ao disposto no subitem 4.1 do Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovado pela Instrução Normativa CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017, apresenta-se o Plano Anual de Auditoria Interna da Codevasf para o exercício 2022.

No presente Plano constam:

- Trabalhos a serem realizados pela Auditoria Interna da Codevasf – Consad/Audin, com o tipo de serviço a ser realizado, o objeto e o objetivo do trabalho, datas previstas para realização, carga horária para realização e origem da demanda do serviço.
- Seleção de trabalhos com base na avaliação de riscos.
- Previsão de capacitação para cada auditor interno governamental e chefias da Consad/Audin, de no mínimo 40 horas, em consonância com as atividades da Consad/Audin.
- Previsão da atividade de monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos anteriores e ainda não implementadas pela unidade auditada, e atividade de levantamento de informações para órgãos de controle interno e externo e conselhos de administração e fiscal da Codevasf.
- Atividades a serem realizadas para fins de gestão e melhoria da qualidade da atividade de auditoria interna governamental.
- Previsão para atendimento das demandas extraordinárias recebidas pela Consad/Audin durante a execução do PAINT; e
- Premissas, restrições e riscos associados à execução do PAINT.

No presente plano, a Consad/Audin revisou a metodologia para seleção dos trabalhos de auditoria com base na avaliação de riscos, utilizada no ano anterior, sendo considerados novos fatores de avaliação e suas variáveis. Foram considerados como referência o Método de Avaliação do Universo de Auditoria, da Secretaria de Auditoria Interna do Superior Tribunal de Justiça, e a Orientação Prática: Plano de Auditoria Interna Baseado em Riscos, aprovada pela Portaria nº 1.055, de 30 de abril de 2020, elaborada pela CGU para auxiliar as Coordenações-Gerais de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e as Controladorias Regionais da União nos Estados. A metodologia aplicada nesse PAINT encontra-se consignada no Apêndice e as tabelas resultantes da aplicação da metodologia encontram-se nos Anexos.

2. Universo de Auditoria

Para a realização do presente trabalho foram utilizados como insumos o Planejamento Estratégico da Codevasf – 2017 a 2021, o Plano Anual de Negócio – PAN de 2021, as atribuições das áreas e suas gerências, conforme Regimento Interno da Codevasf aprovado pela Deliberação nº 23, de 23/4/2021, seus processos de negócio, as ações governamentais que possuem a Codevasf como unidade orçamentária constantes da Lei Orçamentária Anual – ano 2021, e as ações com recursos inscritos em restos a pagar.

Visando delimitar o universo de auditoria, a Consad/Audin realizou levantamento (por meio de reuniões e encaminhamento de Comunicação Interna (CI)) junto as áreas de gestão da Sede quanto aos seus processos de negócio e considerou os processos estabelecidos no Regimento Interno da Empresa. Foram delimitados macroprocessos, processos e subprocessos, que foram condensados em temas de auditoria, conforme relação a seguir, sendo estes considerados na aplicação da metodologia de seleção das ações de auditoria a serem realizadas em 2022. O levantamento do universo de auditoria será revisado anualmente, levando em conta possíveis alterações na estrutura regimental da Codevasf, conhecimento das peculiaridades das áreas e a necessidade de exclusão e inserção de objetos/temas.

Tabela 01 – Temas de auditoria definidos - processos de negócio constantes do universo de auditoria

Tema Estratégico - PEI	Temas de Auditoria
Gestão	Gestão e fiscalização dos serviços de natureza continuada e contratos administrativos
	Protocolo, arquivo e publicações
	Gestão do patrimônio e material
	Cadastro e Administração da folha de pessoal
	Benefícios e Saúde Ocupacional
	Desenvolvimento de Pessoas
	Relações de trabalho
	Gestão Contábil
	Gestão Financeira
	Planejamento Estratégico
	Gestão e monitoramento dos instrumentos
	Tecnologia da Informação
	Gestão das Licitações na PR/SL
	Aplicação de penalidades
Orçamentária e Financeira	Planejamento e Execução do Orçamento
Governança	Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da PR/SRC
Gestão, Segurança Hidrica e Economia Sustentável	Gestão dos convênios e Termos de Compromisso
	Gestão dos Termos de Execução descentralizada - TED's
Segurança Hidrica, Economia Sustentável e Agricultura Irrigada	Acompanhamento/Fiscalização
	Estudos e Projetos
Segurança Hidrica e Economia Sustentável	Ações de Apoio ao Desenvolvimento Regional
	Máquinas, Veículos e Equipamentos
Agricultura Irrigada	Implantação e Gestão de Perímetros de Irrigação
Economia Sustentável	Estradas Vicinais
	Construção de Pontes
	Pavimentação
Segurança Hidrica	Cisternas
	Conservação/recuperação Hidroambiental
	Construção de Barragens

Tema Estratégico - PEI	Temas de Auditoria
	Esgotamento Sanitário
	Gestão, Operação e Manutenção do PISF
	Perfuração e instalação de poços
	Recuperação de Barragens
	Saneamento e Sistema de Abastecimento de Água

2.1. Trabalhos obrigatórios por normativo específico

Além dos projetos destacados, fazem parte do Universo de Auditoria a realização de trabalhos demandados por normativo específico, sendo eles o acompanhamento da gestão das seguintes entidades e controles internos:

- Entidade Fechada de Previdência Complementar, Fundação São Francisco de Seguridade Social, em atendimento ao art. 2º da Portaria SEST/ME nº 2.014/2021 e art. 1º da Resolução CGPAR nº 09/2016 e Resolução CGPAR nº 25/2018;
- Gerência de Tecnologia da Informação – AE/GTI, em atendimento ao subitem 9.6.2 do Acórdão nº 2.135/2017/TCU-Plenário e Resolução CGPAR nº 11/2016;
- Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da Codevasf – CASEC, em atendimento ao art. 8º da Resolução CGPAR nº 22/2018.

3. Premissas, Restrições e Riscos

Para o presente planejamento foram adotadas como premissas a realização dos projetos e processos de negócio constantes do universo de auditoria, considerando os prazos e orçamentos apresentados no Plano Anual de Negócios/2021, juntamente com o quantitativo de auditores disponíveis para a realização das atividades durante o exercício, a possibilidade de realização de viagens a campo em 2022, e as ausências legais previstas (férias, abonos, licenças para capacitação).

São consideradas como restrições para o desenvolvimento dos trabalhos a possível indisponibilidade de recursos financeiros para verificação in loco da execução física dos instrumentos, a não execução financeira de ações previstas no orçamento por diversos motivos (financeiro, técnico, operacional, climático, etc.) e que não justifiquem a realização do trabalho de auditoria, a priorização de trabalhos excepcionais demandados pela alta gestão da Empresa e a necessidade de capacitação específica para realização do trabalho de auditoria.

Os riscos operacionais relativos à execução do PAINT proposto podem ser humanos – falhas na execução dos procedimentos propostos ou até mesmo na qualificação do auditor para realizar o procedimento; de processo – procedimentos de auditoria com nível de detalhamento inadequado impossibilitando a conclusão sobre a questão de auditoria proposta, divergências de controles entre o planejamento e a execução do trabalho de auditoria; e tecnológico – limitação de equipamentos ou softwares que dificulte ou impossibilite a realização de procedimentos e análises conclusivas sobre a questão de auditoria proposta.

Sobre os riscos significativos que a Codevasf está exposta e seus processos de governança, gerenciamento de riscos e controle interno, cabe destacar a situação da Empresa quanto à gestão de riscos. Em conformidade ao disposto no art. 9º, inciso II da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, a Codevasf possui a Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos – SRC, com diversas competências relativas à gestão de riscos, conforme art. 110 do Estatuto Social da Empresa. Encontram-se definidas a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Comunicações da Codevasf – PGIRC, e a Metodologia de Gerenciamento de Riscos e Controles Corporativos da Codevasf – MGIRC. Conforme Decisão nº 765/2020, a Presidência definiu o início das operações de gerenciamento

de riscos nas unidades orgânicas da Codevasf a partir de 18/01/2021, cabendo às gerências setoriais e regionais elaborarem os Planos de Gerenciamento de Riscos Setoriais – PGRS, tendo sido parcialmente concluídos sendo prevista a finalização em 2021 para todas as gerências setoriais e unidades orgânicas vinculadas à Presidência. Considerando as informações prestadas pela SRC, relativas ao estágio do gerenciamento de riscos na Empresa, avaliou-se a maturidade da gestão de riscos da empresa, conforme modelo de avaliação constante da Orientação Prática da CGU, observando-se uma média de 2,75 (aprimorado), Avaliação de Maturidade constante do item I dos Anexos, com uma ligeira evolução em relação ao PAINT anterior, que apresentou média de 1,25 (básico). Apesar da evolução observada no período, a Empresa não concluiu o levantamento dos PGRS de modo a serem observados nesse Planejamento. Diante desse cenário, a Consad/Audin elaborou uma avaliação dos riscos de modo a subsidiar o levantamento dos objetos de auditoria, sendo essa avaliação detalhada na Metodologia de Seleção dos Trabalhos de Auditoria, constante do Apêndice.

4. Atividades de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna

O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade – PGMQ, da Auditoria Interna da Codevasf foi aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa, conforme Deliberação nº 40 de 30/8/2021. Visando ao aprimoramento da qualidade dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Consad/Audin ao longo de 2022, e considerando o início de aplicação e gerenciamento do PGMQ, estima-se a necessidade de 30 dias úteis ao longo do ano para aplicação dos procedimentos de auditoria utilizados nos trabalhos executados e desenvolvimento do Programa.

5. Seleção das Ações de Auditoria

Para seleção dos objetos a serem auditados ao longo de 2022, tendo em vista o nível de maturidade da Gestão de Riscos da Codevasf, a Consad/Audin aplicou metodologia de seleção (vide Apêndice) considerando o universo de auditoria estabelecido no Item 2 – Tabela 1. Foram estimadas a capacidade operacional das unidades da Consad/Audin e considerados os trabalhos obrigatórios, conforme subitem 2.1.

A auditoria na Entidade Fechada de Previdência Complementar - Fundação São Francisco de Seguridade Social - será realizada anualmente e incluída no PAINT/2022.

Quanto à auditoria na Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da Codevasf – CASEC, o art. 8º da Resolução CGPAR nº 22/2018 estabelece que, no que couber, a Auditoria Interna das empresas estatais federais e os órgãos de controle e fiscalização da Administração Federal deverão incluir no escopo de seus trabalhos a verificação quanto à observância pelas empresas desta Resolução. Esse trabalho será realizado bianualmente e será incluído no PAINT/2022, pois não houve força de trabalho disponível para a realização no exercício de 2021.

Em relação à auditoria na Gerência de Tecnologia da Informação – AE/GTI, o TCU, por meio do Acórdão nº 2.135/2017/TCU-Plenário, recomendou que fosse realizada auditorias periódicas nos controles de TI da entidade. E ainda, o art. 6º da Resolução CGPAR nº 22/2018 estabelece que, no que couber, a Auditoria Interna das empresas estatais federais e os órgãos de controle e fiscalização da Administração Federal deverão incluir no escopo de seus trabalhos a verificação quanto à observância pelas empresas desta Resolução. Esse trabalho será realizado bianualmente e será incluído no PAINT/2023, já que se encontra em andamento auditoria nesse tema (PAINT/2021).

Quanto ao tema “Gestão de Convênios e Termos de Compromisso”, apesar de ser obtida uma nota na avaliação dos objetos de auditoria de 2,53 (vide item iv dos Anexos), a auditoria interna prevê a realização de trabalho com foco na atuação da Empresa na gestão dos convênios e termos de compromisso como um todo, observando a efetividade e eficácia dos controles internos da Codevasf.

Feitas as observações quanto à metodologia aplicada na seleção das ações (ver Apêndice) e as particularidades observadas, tendo como resultado o Plano Anual a seguir.

6. Plano Anual da Auditoria Interna – PAINT/2022

ID	Tipo de Serviço	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	Semanas	H/h	Local	Riscos
1	Avaliação	Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS	Verificar o cumprimento das Resoluções CGPAR n° 9/2016 e 25/2018.	Obrigaç�o Legal	Fevereiro	Abril	12	960	Bras�lia	
2	Avalia�o	Caixa de Assist�ncia aos Empregados da Codevasf – CASEC	Avaliar aspectos da legalidade dos atos de gest�o da CASEC, observando a Resolu�o CGPAR n° 22/2018.	Obriga�o Legal	Fevereiro	abril	12	960	Bras�lia	
3	Avalia�o	Gest�o dos Conv�nios e Termo de Compromisso	Avaliar com base na matriz de riscos os controles referentes � gest�o dos conv�nios e termos de compromissos, com �nfase nas fragilidades no acompanhamento dos instrumentos pela fiscaliza�o da Codevasf	Avalia�o de Riscos	maio	agosto	16	1280	Bras�lia	R1, R3, R4, R6, R7, R8, R13, R16, R20, R22, R31, R32, R33, R34
4	Avalia�o	Gest�o dos Termos de Execu�o descentralizada - TED's	Avaliar com base na matriz de riscos os controles referentes � presta�o de contas dos TED's no �mbito da Codevasf.	Avalia�o de Riscos	maio	agosto	16	1280	Bras�lia	R1, R3, R4, R6, R8, R13, R20
5	Avalia�o	Gest�o do patrim�nio e material	Avaliar com base na matriz de riscos, os controles relacionados � administra�o de bens permanentes e de material de consumo no �mbito da Codevasf.	Avalia�o de Riscos	setembro	dezembro	16	1280	Bras�lia	R9, R12, R19 e R27
6	Avalia�o	Acompanhamento e Fiscaliza�o	Avaliar a efetividade, efici�ncia e efic�cia dos controles internos da Codevasf no acompanhamento e fiscaliza�o de contratos e conv�nios; avaliar a conformidade da atua�o da Empresa com os normativos internos relativos ao tema; avaliar a aplica�o dos recursos relativos � reserva t�cnica de fiscaliza�o, oriundos de emendas parlamentares.	Avalia�o de Riscos	Janeiro	Mar�o	12	960	Bras�lia	R1, R2, R6, R12, R13, R19, R20, R34
7	Avalia�o	Gest�o, Opera�o e Manuten�o do PISF	Avaliar a gest�o da opera�o e manuten�o do PISF e sua infraestrutura; avaliar as opera�es de aquisi�o de energia el�trica para opera�o do Projeto; avaliar o atendimento e cumprimento das atividades da Codevasf como Operadora Nacional do PISF	Avalia�o de Riscos	Maio	Julho	16	1280	Bras�lia	R1, R2, R4, R6, R12, R13, R20, R24, R27, R28, R32, R33, R34
8	Avalia�o	Implanta�o e Gest�o de Per�metros de Irriga�o	Observar a ocorr�ncia dos riscos destacados na execu�o dos projetos de PPI e na gest�o dos PPI; avaliar a	Avalia�o de Riscos	Maio	Julho	16	1280	MG, BA, PE, AL, SE	R1, R2, R4, R6, R9, R12, R13, R21, R23, R24, R26, R27, R32,

ID	Tipo de Serviço	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	Semanas	H/h	Local	Riscos
			eficácia dos controles internos na mitigação dos riscos levantados; e acompanhar o atendimento das diligências dos órgãos de controle e demandas externas							R33, R34
9	Avaliação	Pavimentação	Observar a ocorrência dos riscos destacados na execução dos projetos; avaliar a eficácia dos controles internos na mitigação dos riscos levantados; e acompanhar o atendimento das diligências dos órgãos de controle e demandas externas	Avaliação de Riscos	Janeiro	Março	12	960	DF, MG, PE, BA, AL, SE	R1, R3, R4, R5, R6, R13, R19, R20, R30, R31, R32, R33, R34
10	Avaliação	Construção de Barragens - Jequitai e outras	Observar a ocorrência dos riscos destacados na execução dos projetos e obras; avaliar a eficácia dos controles internos na mitigação dos riscos levantados; e acompanhar o atendimento das diligências dos órgãos de controle e demandas externas	Avaliação de Riscos	Agosto	Novembro	16	1280	DF, MG, PI, BA	R1, R4, R6, R12, R20, R22, R32, R33, R34
11		Atividades de gestão e melhoria da qualidade da atividade da auditoria interna		Obrigações legais			4	160		
12		Reserva técnica auditoria especial e outras ações de controle		Obrigações legais			32	2560		
13		Acompanhamento das recomendações emitidas em trabalhos anteriores		Obrigações legais			10	800		
14		Acompanhamento das diligências e demandas dos órgãos de controle		Obrigações legais			38	6080		
15		Elaboração PAINT, RAIN, relatórios semestrais, discussão de relatórios de auditoria e avaliação gerencial dos programas de trabalho		Obrigações legais			11	880		
16		Capacitação de auditores e chefias		Obrigações legais				560		
Total								22560		

7. Encaminhamento

Demonstrados os critérios e a metodologia utilizada para a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para a Consad/Audin realizar no ano de 2022, encaminhe-se o presente Plano para deliberação do Conselho de Administração da Codevasf.

Brasília, 07 de dezembro de 2021

Márcia Lopes Rodrigues de Souza
Chefe da Auditoria Interna

Lúcio Soares da Silva
Chefe da Unidade de Acompanhamento e Avaliação de Programas

Rodrigo França Ribeiro
Chefe em exercício da Unidade de Acompanhamento e Avaliação da
Gestão – Decisão nº 162/2020

APÊNDICE

Metodologia de Seleção dos Trabalhos de Auditoria

A delimitação dos objetos a serem auditados deve considerar a capacidade operacional da Consad/Audin, no atendimento das demandas obrigatórias e na elaboração de matriz de riscos. A seguir apresentam-se os dados levantados e metodologia utilizada.

- **Capacidade Operacional**

Delimitada da seguinte forma, por unidade da Consad/Audin:

	Consad/Audin/UIN		Consad/Audin/UAG		Consad/Audin/UAP		TOTAL
	Analistas	Chefia	Analistas	Chefia	Analistas	Chefia	
Quantidade	3	1	4	1	4	1	14
Capacidade Operacional Bruta	5.928	1.976	7.904	1.976	7.904	1.976	27.664
Férias/Abonos	960	320	1.280	320	1.280	320	4.480
Capacidade Operacional	4.968	1.656	6.624	1.656	6.624	1.656	23.184
Capacitação mínima de 40h	120	40	160	40	160	40	560
Capacidade Operacional Efetiva	4.848	1.616	6.464	1.616	6.464	1.616	22.624

- **Seleção dos Objetos de Auditoria**

Definida a capacidade operacional e o universo de auditoria (vide item 2 do PAINT), foram estabelecidos os critérios e procedimentos a serem realizados visando à Avaliação dos Objetos de Auditoria (item iv dos Anexos).

Tomando como referencial o Método de Avaliação do Universo de Auditoria, da Secretaria de Auditoria Interna do Superior Tribunal de Justiça, de 2019, e tendo em vista que os Planos de Gerenciamento de Riscos Setoriais da Codevasf não estão concluídos, definiu-se que os objetos a serem selecionados para a elaboração do PAINT seriam classificados considerando critérios de materialidade, risco e relevância, os quais são compostos por diversos fatores de avaliação, com respectivos pesos, aplicados na seleção dos temas de auditoria, conforme detalhado a seguir.

Tabela 02 – Critérios, fatores de avaliação e pesos

Critério	Peso	Fator de Avaliação	Peso
Materialidade	25%	Magnitude financeira-orçamentária	0,7
		Magnitude financeira-patrimonial	0,3
Risco	40%	Risco ao negócio	0,4
		Lapso entre auditorias	0,4
		Corregedoria	0,2
Relevância	35%	Interesse da gestão	0,1
		Interesse da auditoria interna	0,3
		Exigências de instâncias externas	0,3
		Vinculação ao PEI	0,2
		Ouvidoria	0,1

- **Critério Materialidade**

No critério de materialidade foram considerados como fatores as magnitudes orçamentária e patrimonial. A primeira abrange os valores previsto no orçamento da Empresa em 2021 (LOA 2021) para os temas de auditoria

juntamente com os restos a pagar, valores constantes do PAN2021. Para o segundo, foi considerado o valor patrimonial sob gestão da Codevasf.

o **Critério Risco**

Para o critério de risco foram considerados os fatores de risco ao negócio, lapso entre auditorias e corregedoria. Para o fator Corregedoria, os temas foram avaliados considerando a existência de processos na PR/CO relativos aos temas, classificados em 3 escalas de pontuação: 1 - caso não existam processos; 3 - caso existam em processos de atividade meio; e 5 - caso existam em processos de atividade fim. O fator lapso entre auditorias foi pontuado seguindo a seguinte escala, que considera o tempo, em anos, decorrido desde a última ação de auditoria desenvolvida pela Consad/Audin sobre o tema de auditoria, conforme Tabela 03.

Tabela 03 – Classificação do lapso temporal entre auditorias

Lapso temporal entre auditorias	Pontos
Tempo decorrido <=1 ano	1
1<tempo decorrido<=2	2
2<tempo decorrido<=3	3
3<tempo decorrido<=4	4
Tempo decorrido >5 anos	5

Para o fator risco ao negócio, foram considerados os riscos levantados no PAINT/2021 e adicionados novos riscos observados nas auditorias de 2021. Para o levantamento dos riscos foram consideradas as vulnerabilidades e ameaças constantes da análise SWOT apresentada pela Codevasf no Planejamento Estratégico Institucional 2017-2021 e levantados os riscos associados a essas ameaças e vulnerabilidades, sendo levantados, inicialmente, 26 riscos. Junto a esses riscos foram adicionados 8 riscos observados na execução dos trabalhos de auditoria realizados em 2021.

Definidos os riscos, procedeu-se a sua avaliação, considerando os respectivos potenciais de impacto e probabilidade de ocorrência, conforme as escalas a seguir:

Tabela 04 – Escala de impactos utilizada na classificação dos riscos

Escala de Impactos		
Magnitude	Descrição	I
Muito baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, porém causando impactos mínimos nos objetivos de prazo, custo, qualidade, escopo, imagem ou relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas (clientes internos/externos, beneficiários).	1
Baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos pequenos nos objetivos .	2
Médio	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis .	5
Alto	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos .	8

Escala de Impactos

Magnitude	Descrição	I
Muito alto	Paralisação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos irreversíveis/catastróficos nos objetivos .	10

Fonte: Brasil. Controladoria Geral da União. Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos. Brasília, 2020.

Tabela 05 – Escala de probabilidade utilizada na classificação dos riscos

Escala de Probabilidades

Magnitude	Descrição	P
Muito baixa	Evento improvável de ocorrer. Excepcionalmente poderá até ocorrer, porém não há elementos ou informações que indiquem essa possibilidade.	1
Baixa	Evento raro de ocorrer. O evento poderá ocorrer de forma inesperada, havendo poucos elementos ou informações que indicam essa possibilidade.	2
Média	Evento possível de ocorrer. Há elementos e/ou informações que indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	Evento provável de ocorrer. É esperado que o evento ocorra, pois os elementos e as informações disponíveis indicam de forma consistente essa possibilidade.	8
Muito alta	Evento praticamente certo de ocorrer. Inequivocamente o evento ocorrerá, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente essa possibilidade.	10

Fonte: Brasil. Controladoria Geral da União. Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos. Brasília, 2020.

Aplicando-se as escalas acima, foram obtidas as notas de Impacto X Probabilidade para cada risco, sendo o resultado apresentado na tabela constante do item II dos Anexos. Com os riscos identificados e avaliados, procedeu-se a sua associação aos temas de auditoria, juntamente com suas notas, sendo estas somadas para cada tema. O resultado é apresentado no item III dos Anexos.

A pontuação apresentada no item foi obtida aplicando-se a classificação dos riscos acumulados, mostrada na Tabela 06.

Tabela 06 – Classificação dos temas de auditoria por demandas externas

Impacto x Probabilidade Acumulado	Pontos
Baixo – até 87	1
Médio baixo – de 88 a 174	2
Médio – de 175 a 261	3
Médio alto – de 262 a 350	4
Alto – acima de 350	5

Por fim, para delimitação das notas relativas ao critério de risco, foram aplicados os pesos de cada fator aos resultados das notas correspondentes.

- **Critério Relevância**

Nesse critério foram considerados os fatores de Interesse da gestão, interesse da auditoria interna, exigências de instâncias externas, vinculação ao PEI e ouvidoria.

Para o fator Ouvidoria foi considerada a seguinte escada relativa à quantidade de demandas registradas na Ouvidoria da Codevasf para cada tema de auditoria. As demandas podem ser pedidos de informação, reclamação ou denúncias.

Tabela 07 – Classificação dos temas por quantitativo de demandas na Ouvidoria

Ouvidoria	Pontos
Nenhuma demanda	1
Poucas demandas (até 15)	3
Muitas demandas (acima de 15)	5

Para o fator vinculação ao PEI foi considerada a relação do tema com o Planejamento Estratégico da Codevasf e sua abrangência, sendo esta local (abrangência do objeto de auditoria de interesse direto de uma unidade), setorial (abrangência do objeto de auditoria de interesse de mais uma unidade ou gerências, porém sem envolver toda a instituição) e institucional (abrangência do objeto de interesse da Empresa como um todo).

Tabela 08 – Classificação dos temas de auditoria por vínculo ao PEI

Vinculação ao PEI	Pontos
Local e não previsto no PEI	1
Local e previsto no PEI	2
Setorial e não previsto no PEI	3
Setorial e previsto no PEI	4
Institucional e previsto no PEI	5

Para o fator exigências de instâncias externas foram considerados os registros da Consad/Audin relativos às demandas de órgãos externos, considerando o tipo de demanda, conforme classificação a seguir.

Tabela 09 – Classificação dos temas de auditoria por demandas externas

Exigências de Instâncias Externas	Pontos
Não houve demanda	1
Demandas de outros órgãos federais/estaduais	2
Demandas da Polícia Federal	3
Trabalhos de Controladoria Geral da União	4
Trabalhos do Tribunal de Contas da União	5

Para o fator interesse da auditoria interna, considerando a experiência e conhecimento do corpo técnico da auditoria interna quanto aos processos de trabalho da Codevasf e seu histórico de avaliações realizadas, procedeu-se pesquisa junto aos analistas da Consad/Audin, visando classificar os temas de auditoria por grau de interesse, conforme tabela a seguir. Foi considerado como resultado a média das notas atribuídas por todos os auditores.

Tabela 10 – Classificação dos temas por interesse auditoria

Interesse da Auditoria Interna	Pontos
Baixo	1
Médio baixo	2
Médio	3
Médio alto	4
Alto	5

Por fim, para o fator interesse da gestão, foi demandado aos gestores das áreas da Codevasf manifestação quanto aos seus processos de negócio e que fossem destacados os que julgassem relevantes ou críticos. O resultado foi classificado aplicando-se a escala mostrada na tabela a seguir.

Tabela 11 – Classificação dos temas de acordo com o interesse dos gestores

Interesse da Gestão	Pontos
Nenhuma manifestação	1
Manifestação sem sugestão	3
Manifestação com sugestão	5

- **Classificação e Seleção dos Objetos de Auditoria**

Após a avaliação e somados os resultados dos três critérios (materialidade, risco e relevância) multiplicados pelos seus respectivos pesos (ver Tabela 02), obteve-se a priorização (*ranking*) dos objetos de auditoria, classificados por temas, seguindo a ordem da maior pontuação para a menor, conforme detalhado no Item IV dos Anexos. Com base na priorização dos temas de auditoria e considerando a força de trabalho disponível na Consad/Audin, foram selecionados os objetos e incluídos no Plano Anual de Auditoria para 2022 (Item 6).

Esta metodologia é um trabalho inicial e, com o desenvolvimento da maturidade da gestão de riscos da Codevasf, a Consad/Audin irá a cada exercício aprimorar a sistemática de priorização dos objetos de auditoria, buscando incluir ações de controles a serem realizadas que possam agregar maior valor para a Empresa.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Auditoria Interna – Consad/Audin

ANEXOS

I. Avaliação de Maturidade da Gestão de Riscos da Codevasf

Item de Verificação		Avaliação		Evidências/Observações
		Nota	Descrição	
Fixação de Objetivos e Metas	A Unidade estabeleceu direcionamento estratégico (objetivos-chave, missão, visão e valores fundamentais) alinhado às suas finalidades e competências legais?	3	Aprimorado	PEI E PAN, com PEI vencendo em 2021 e sendo elaborado o PEI 2022-2026
	A Unidade possui objetivos estratégicos e de negócio claramente definidos e comunicados por toda a organização?	4	Avançado	PEI e PAN
	A Unidade estabeleceu e comunicou adequadamente medidas (metas, indicadores) para monitorar seu desempenho?	3	Aprimorado	PEI e PAN
	A Unidade estabeleceu o risco aceitável (apetite a risco) para o alcance de seus objetivos?	4	Avançado	Metodologia de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Codevasf - MGR, emitida em 2020
Comitê de Governança, Riscos e Controle	A Unidade instituiu Comitê de Governança, Riscos e Controles com competências alinhadas às previstas no §2º do art. 23 da IN MP/CGU nº 01/2016??	3	Aprimorado	A governança está sendo exercida mediante atuação dos Conselhos, da Liderança Executiva e das instâncias de Controle Interno previstas no Regimento Interno da Empresa.
	O Comitê tem atuado de forma efetiva na coordenação e supervisão do proceso de gestão de riscos da Unidade?	3	Aprimorado	Ação continuada para coordenar e orientar os NIRCs e Gestores Setoriais/Regionais na implantação do processo de gerenciamento de riscos na Empresa mediante encontros virtuais para conhecimento e emprego da MGR evidenciado por vídeos publicados e campanhas empregando e-mails institucionais e a página da Intranet
Mandato e Comprometimento	A Alta Administração (e as instâncias de governança) demonstram comprometimento e exercem liderança em relação ao processo de gestão de riscos da Unidade?	2	Básico	De forma reativa mediante atos de decisão, resoluções da DEX e deliberações do Consad
	Foi instituída Política de Gestão de Riscos contemplando os requisitos mínimos estabelecidas pela IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016?	4	Avançado	PGIRC emitida em 2018
	Foram definidas a metodologia e os critérios para avaliação e documentação dos trabalhos de gerenciamento de riscos?	4	Avançado	Sim, Método de Priorização de Processos - MPP, Metodologia de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Codevasf - MGR, emitida em 2020

Item de Verificação		Avaliação		Evidências/Observações
		Nota	Descrição	
	Foi estabelecida estrutura adequada (responsabilidades, pessoas, recursos, ferramentas, informações) para coordenar, implementar e supervisionar o processo de gestão de riscos da Unidade?	2	Básico	Os papéis e responsabilidades estão previstos na PGIRC e no Regimento Interno da Empresa. A PR.SRC opera de forma deficitária em quantitativo de pessoal e sua qualificação, assim como não dispõe de ferramenta de suporte tecnológico para apoiar e automatizar suas análises e registros em gerenciamento de riscos, optando por empregar planilhas para não contingenciar suas operações
Processo de Gestão de Riscos	O processo de gestão de riscos contempla prévia etapa de estabelecimento dos contextos interno e externo onde a Unidade opera de forma a atingir seus objetivos?	4	Avançado	Sim, a MGR
	A etapa de identificação dos riscos fornece informações sobre os riscos relevantes do objeto, incluindo suas causas, eventos e consequências que possam impactar o atingimento dos objetivos?	4	Avançado	Sim, a MGR e MPP
	Os riscos identificados são adequadamente analisados em termos de probabilidade de ocorrência e de impacto nos objetivos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos?	4	Avançado	Sim, conforme MGR
	A avaliação e a seleção das respostas aos riscos consideram adequadamente o apetite a risco estabelecido e o custo-benefício das atividades de controle e outras medidas para mitigar os riscos?	4	Avançado	Sim, conforme MGR
	As respostas aos riscos identificados são efetivamente implementadas?	0	Inexistente	A implantação do processo de gerenciamento de riscos concluiu seu planejamento com a elaboração dos Planos de Gerenciamento de Riscos Setoriais - PGRS e está executando a primeira etapa metodológica com entrega de 4 produtos estabelecida para 30.09.21 em todas as gerências setoriais e unidades orgânicas vinculadas à Presidência
	Existe adequado acompanhamento e monitoramento dos riscos e controles-chave pelas áreas responsáveis?	0	Inexistente	Não, uma vez que a Empresa ainda não concluiu esta etapa do processo de implantação do gerenciamento de riscos

Item de Verificação		Avaliação		Evidências/Observações
		Nota	Descrição	
	O processo de gestão de riscos é adequadamente documentado?	3	Aprimorado	Os produtos de cada etapa metodológica estão sendo registrados em processos digitais constituídos para cada Área da Empresa assim como na Presidência e suportados por planilhas de dados senso que os processos estariam mais bem sistematizados e atualizados com emprego de ferramenta de suporte tecnológico em especial para com as análises desejáveis
Resultados	O processo de gestão de riscos está adequadamente implementado em todos os processos operacionais relevantes da Unidade?	1	Inicial	Não, uma vez que a Empresa ainda não concluiu esta etapa do processo de implantação do gerenciamento de riscos. A relevância dos processos operacionais é identificada mediante emprego do MPP
	O resultado da gestão de riscos é oportunamente comunicado à Alta Administração, instâncias de governança e demais partes interessadas?	3	Aprimorado	Sim, mediante o encaminhamento de relatórios semestrais à liderança executiva e aos conselhos da Empresa
	A gestão de riscos tem sido efetivamente utilizada pela Unidade para apoiar o processo de tomada de decisão e a melhoria do atingimento dos objetivos organizacionais?	0	Inexistente	Não, uma vez que a Empresa ainda não concluiu esta etapa do processo de implantação do gerenciamento de riscos
MÉDIA GERAL:		2,75	Aprimorado	

II. Avaliação dos Riscos Associados

Variável	Análise SWOT PEI	Risco	Descrição do Risco	I	P	IxP
Ameaça	Suspensão de empreendimentos da Codevasf pelos órgãos de controle em decorrência de indícios de irregularidades.	R1	Ocorrência de sobrepreço, superfaturamento, ou falhas na licitação e execução que inviabilizem a execução do projeto	5	8	40
Ameaça	Paralisação de obras/empreendimentos e elevação do passivo trabalhista em função das dificuldades financeiras das empresas contratadas.	R2	Irregularidades na prestadora de serviço gerando passivo trabalhista para a Codevasf	2	5	10

Variável	Análise SWOT PEI	Risco	Descrição do Risco	I	P	IxP
Ameaça	Baixa integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais na gestão dos empreendimentos da Codevasf.	R3	Planejamento e execução de ações em duplicidade com outros agentes públicos por não haver integração entre os agentes	5	2	10
Ameaça	Alta repercussão negativa das obras de esgotamento sanitário mal executadas e/ou paralisadas.	R4	Não execução dentro do prazo por fragilidades de projeto, de concepção ou de desconhecimento da realidade atual do local	8	5	40
Ameaça	Impacto negativo na imagem da empresa em função da interferência política na destinação dos recursos.	R5	Alteração da destinação, características e beneficiários de projetos por interferência política impactando na imagem da Empresa	2	5	10
Ameaça	Intempestividade na liberação do orçamento e/ou insuficiência financeira, acarretando dificuldades na manutenção da máquina administrativa e na execução das ações da Empresa.	R6	Paralisação, aumento de custos ou impossibilidade de conclusão de projeto por problemas na liberação do recurso financeiro	5	8	40
Ameaça	Executar empreendimentos oriundos de emendas parlamentares desalinhados com os objetivos institucionais.	R7	Realização de ações com recursos de emendas incompatíveis com os objetivos estratégicos previstos no PEI e PAN	2	1	2
Ameaça	Atuar fora dos limites geográficos da área de atuação em decorrência de ingerência política.	R8	Recorrência de impropriedade ao executar ações/projetos fora da área de atuação legal	8	2	16
Ameaça	Questionamento da importância da Empresa pelos Governos (Federal, estadual e municipal) e sociedade decorrente do elevado custeio administrativo em relação ao baixo investimento finalístico.	R9	Custeio elevado sem avaliações ou indicadores de gestão atualizados que demonstrem a eficiência da gestão das despesas administrativas	2	8	16
Vulnerabilidade	Inexistência de um programa de capacitação continuada dos dirigentes.	R10	Adoção de medidas indevidas/irregulares por dirigentes por não estarem devidamente capacitados	5	5	25
Vulnerabilidade	Sistemática de avaliação de desempenho dos dirigentes não contempla um sistema de medições baseado em indicadores e metas institucionais.	R10	Adoção de medidas indevidas/irregulares por dirigentes por não estarem devidamente capacitados	5	5	25
Vulnerabilidade	Pouca divulgação dos mecanismos para submissão de denúncias às instâncias internas de governança.	R11	Dirigentes não tomando conhecimento de denúncias por problemas na estrutura de reporte/ouvidoria	2	1	2
Vulnerabilidade	Estrutura dedicada à gestão de riscos e controles internos inexistente.	R12	Estrutura de Gestão de Riscos implementada, porém sem efetividade	5	8	40

Variável	Análise SWOT PEI	Risco	Descrição do Risco	I	P	IxP
Vulnerabilidade	Não há uma sistemática de monitoramento e avaliação da eficiência, eficácia e efetividade institucional.	R13	Execução de ações sem o seu posterior monitoramento com vistas a avaliar a eficiência, eficácia e efetividade da ação, de modo a avaliar a continuidade ou não das ações e seu impacto na sociedade;	2	8	16
Vulnerabilidade	Ausência de planejamento estratégico estruturado e continuado, elaborado com a participação das partes interessadas.	R14	Não elaboração e atualização do PEI dentro dos prazos de vigência	2	1	2
Vulnerabilidade	Gestão por competências e Gestão do conhecimento inexistentes.	R15	Baixa produtividade por má distribuição da mão de obra devido a ausência de mapeamento e gerenciamento de talentos	5	10	50
Vulnerabilidade	Não há uma política de RH definida que contemple, pelo menos, plano de capacitação, carreiras, avaliação de desempenho e plano de sucessão de gestores, alinhados aos objetivos institucionais da empresa.	R16	Baixa produtividade por fragilidades na eficácia das capacitações realizadas, fidedignidade das avaliações de desempenho e ausência de gestão/capacitação de gestores e sucessores.	5	8	40
Vulnerabilidade	Força de trabalho mal distribuída na Empresa.	R17	Gerência com necessidade de mão de obra especializada, apesar de haver analistas capacitados lotados em outras áreas	2	5	10
Vulnerabilidade	Baixa participação das SR's nas iniciativas de melhoria da Gestão.	R18	Mapeamento de riscos não representa a realidade por baixa participação das unidades finalísticas nas SRs	2	2	4
Vulnerabilidade	Baixa informatização de processos críticos, integração deficiente dos sistemas corporativos em operação e desatualização das informações processadas por sistemas existentes.	R19	Fragilidades no controle e disponibilização de dados críticos por falta de sistemas ou de planejamento e implementação de sistemas de TI corporativo	2	10	20
Vulnerabilidade	A gestão da carteira e o gerenciamento de empreendimentos baseados em boas práticas não estão institucionalizados na Empresa.	R20	Possibilidade de repetição de erros e de não incorporar boas práticas vivenciadas em projetos	5	8	40
Vulnerabilidade	Modelo de implantação e gestão de perímetros irrigados são ineficazes e desalinhados das práticas de autossustentabilidade, dificultando a emancipação dos que são economicamente viáveis.	R21	Emancipação de PPIs dificultada/impossibilitada pela ausência de avaliação da eficácia do modelo de implantação e gestão utilizado	2	8	16
Vulnerabilidade	Ausência de estudos e banco de empreendimentos para a área de atuação da Empresa que oportunizem a captação de recursos.	R22	Ausência de estudos de demandas das necessidades por região/localidades visando facilitar a captação de recursos	2	10	20

Variável	Análise SWOT PEI	Risco	Descrição do Risco	I	P	IxP
Vulnerabilidade	A assistência técnica após a implantação dos empreendimentos é deficitária.	R23	Comprometimento da produtividade ou da execução do plano de emancipação dos PPIs por ausência, ineficiência ou ineficácia da assistência técnica rural.	2	10	20
Vulnerabilidade	Precariedade na manutenção e gestão das obras de infraestrutura hídrica.	R24	Deterioração ou rompimento de infraestruturas hídricas (barragens, açudes) por falta de manutenção ou acompanhamento.	10	5	50
Vulnerabilidade	Baixa autonomia dos técnicos, chefes e gerentes em relação às responsabilidades na execução dos trabalhos.	R25	Técnicos, chefes e gerentes com baixa autonomia para intervir na execução do projeto.	2	2	4
Vulnerabilidade	Ineficiência do sistema de cobrança das tarifas dos Perímetros Irrigados.	R26	Plano de emancipação de PPIs prejudicado pela ineficiência dos sistemas de cobranças de tarifas	2	8	16
Auditoria 2021	-	R27	Invasão de imóveis da Codevasf impossibilitando sua utilizando no prazo esperado	5	5	25
Auditoria 2021	-	R28	Interferência política na aplicação de penalidades	2	5	10
Auditoria 2021	-	R29	Extravio de bem/equipamento ou de sua parte que esteja no pátio da Codevasf	10	5	50
Auditoria 2021	-	R30	Risco da contratada não entregar o bem/equipamento/serviço contratado	8	2	16
Auditoria 2021	-	R31	Fragilidades nos procedimentos licitatórios das convenentes não observadas pela Codevasf dificultando a execução do instrumento	5	5	25
Auditoria 2021	-	R32	Pagamento por serviços não realizados	5	2	10
Auditoria 2021	-	R33	Ausência de controle tecnológico de obras civis	5	5	25
Auditoria 2021	-	R34	Fragilidades no acompanhamento dos instrumentos pela fiscalização da Codevasf	5	5	25

III. Apropriação e Pontuação dos Riscos aos Temas de Auditoria

Tema de Auditoria	Riscos Associados	Avaliação de Riscos	Pontuação
Gestão e fiscalização dos Serviços de Natureza Continuada e contratos administrativos da AA/GSA/USA	R1, R2, R6, R9, R11, R12	148	2
Protocolo, arquivo e publicações	R13	16	1
Gestão do patrimônio e material	R9, R12, R19 e R27	101	2
Cadastro e Administração da folha de pessoal	R12 e R19	60	1
Benefícios e Saúde Ocupacional	R6, R9, R10 e R12	121	2
Desenvolvimento de Pessoas	R1, R9, R10, R12, R16, R19	181	3
Relações de trabalho	R12, R15, R17	100	2
Gestão Contábil	R12	40	1
Gestão Financeira	R12 e R19	60	1
Planejamento Estratégico	R12, R13 e R14	58	1
Gestão e monitoramento dos instrumentos	R12, R13 e R19	76	1
Planejamento e Execução do Orçamento	R12	40	1
Tecnologia da Informação	R1, R3, R4, R9, R12, R13, R16, R17, R19, R20, R30	288	4
Gestão das Licitações na PR/SL	R1, R12, R16, R19, R20	180	3
Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da PR/SRC	R12 e R18	44	1
Gestão dos convênios e Termos de Compromisso	R1, R3, R4, R6, R7, R8, R13, R16, R20, R22, R31, R32, R33, R34	349	4
Gestão dos Termos de Execução descentralizada - TED's	R1, R3, R4, R6, R8, R13, R20	202	3
Aplicação de penalidades	R19 e R28	20	1
Ações de Apoio ao Desenvolvimento Regional	R1, R3, R4, R5, R6, R8, R12, R13, R19, R20, R22, R30, R31, R32, R34	368	5
Acompanhamento/Fiscalização	R1, R2, R6, R12, R13, R19, R20, R34	231	3
Cisternas	R1, R3, R5, R6, R8, R12, R13, R20, R22, R30, R32, R34	283	4
Conservação/recuperação Hidroambiental	R1, R3, R6, R13, R20, R22, R30, R32, R34	217	3
Construção de Barragens	R1, R4, R6, R12, R20, R22, R32, R33, R34	296	4
Construção de Pontes	R1, R3, R4, R6, R8, R12, R20, R22, R32, R33, R34	306	4
Esgotamento Sanitário	R1, R2, R4, R6, R12, R13, R20, R22, R30, R32, R33, R34	322	4

Tema de Auditoria	Riscos Associados	Avaliação de Riscos	Pontuação
Estradas Vicinais	R1, R3, R4, R6, R13, R20, R22, R31, R32, R33, R34	291	4
Estudos e Projetos	R1, R4, R6, R12, R20, R28, R30, R32, R34	261	3
Gestão, Operação e Manutenção do PISF	R1, R2, R4, R6, R12, R13, R20, R24, R27, R28, R32, R33, R34	371	5
Implantação e Gestão de Perímetros de Irrigação	R1, R2, R4, R6, R9, R12, R13, R21, R23, R24, R26, R27, R32, R33, R34	389	5
Máquinas, Veículos e Equipamentos	R1, R3, R5, R6, R8, R12, R13, R19, R20, R22, R29, R30, R34	343	4
Pavimentação	R1, R3, R4, R5, R6, R13, R19, R20, R30, R31, R32, R33, R34	337	4
Perfuração e instalação de poços	R1, R3, R5, R6, R8, R13, R20, R22, R29, R30, R32, R34	293	4
Recuperação de Barragens	R1, R6, R12, R13, R24, R32, R33, R34	246	3
Saneamento e Sistema de Abastecimento de Água	R1, R2, R4, R12, R13, R20, R22, R29, R32, R33, R34	356	5

IV. Avaliação dos Objetos de Auditoria

Tema de Auditoria	MATERIALIDADE	RISCO	RELEVÂNCIA	TOTAL
Gestão do patrimônio e material	1,25	1,52	1,09	3,86
Acompanhamento/Fiscalização	0,50	1,68	1,41	3,59
Máquinas, Veículos e Equipamentos	1,00	1,20	1,35	3,55
Pavimentação	1,25	0,88	1,37	3,50
Construção de Barragens	0,50	1,52	1,38	3,40
Gestão das Licitações na PR/SL	1,00	1,36	0,97	3,33
Implantação e Gestão de Perímetros de Irrigação	0,50	1,20	1,54	3,24
Gestão, Operação e Manutenção do PISF	0,50	1,36	1,27	3,13
Cisternas	0,25	1,52	1,23	3,00
Gestão dos Termos de Execução descentralizada - TED's	1,25	0,72	0,97	2,94
Recuperação de Barragens	0,25	1,36	1,33	2,94
Perfuração e instalação de poços	0,50	1,52	0,85	2,87
Ações de Apoio ao Desenvolvimento Regional	0,50	1,04	1,32	2,86
Estradas Vicinais	0,50	1,52	0,82	2,84



Tema de Auditoria	MATERIALIDADE	RISCO	RELEVÂNCIA	TOTAL
Planejamento e Execução do Orçamento	0,75	1,04	1,03	2,82
Tecnologia da Informação	0,25	1,04	1,49	2,78
Cadastro e Administração da folha de pessoal	1,00	0,56	1,20	2,76
Relações de trabalho	0,25	1,04	1,40	2,69
Construção de Pontes	0,25	1,52	0,89	2,66
Saneamento e Sistema de Abastecimento de Água	0,50	1,20	0,94	2,64
Aplicação de penalidades	0,25	1,20	1,16	2,61
Gestão e monitoramento dos instrumentos	0,50	1,20	0,87	2,57
Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da PR/SRC	0,25	1,04	1,26	2,55
Gestão dos convênios e Termos de Compromisso	0,25	0,88	1,40	2,53
Estudos e Projetos	0,25	1,36	0,89	2,50
Esgotamento Sanitário	0,50	0,88	0,92	2,30
Planejamento Estratégico	0,25	1,04	0,74	2,03
Conservação/recuperação Hidroambiental	0,25	0,72	0,88	1,85
Desenvolvimento de Pessoas	0,25	0,72	0,83	1,80
Gestão e fiscalização dos Serviços de Natureza Continuada e contratos administrativos da AA/GSA/USA	0,25	0,88	0,65	1,78
Protocolo, arquivo e publicações	0,25	1,04	0,46	1,75
Gestão Contábil	0,50	0,40	0,69	1,59
Benefícios e Saúde Ocupacional	0,25	0,56	0,75	1,56
Gestão Financeira	0,25	0,40	0,70	1,35